


Pragmatismo em Política Externa: A Independência de Angola e Relações Bilaterais com o Brasil (1960-2000)

Pragmatism in Foreign Policy:

The Independence of Angola and Bilateral Relations with Brazil (1960-2000)

Delmo de Oliveira Torres Arguelhes (<https://orcid.org/0000-0002-5275-4440>) 

<https://lattes.cnpq.br/9981558843375650>

Pesquisador associado do Núcleo de Estudos Avançados / Instituto de Estudos Estratégicos /
Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: delmo.arguelhes@gmail.com

Resumo: O processo de independência de Angola, como um fenômeno singular no contexto da Guerra Fria. A política africana do Itamaraty na segunda metade do século XX. Relações Brasil-Angola (1975-2000).

Palavras-chave: História da África; Colonialismo; Descolonização; Guerras de Libertação Nacional; História da Política Exterior do Brasil.

Abstract: The process of Angolan independence is analyzed as a singular phenomenon within the context of the Cold War. The study covers Itamaraty's African policy in the second half of the 20th century and Brazil-Angola relations from 1975 to 2000.

Keywords: History of Africa; Colonialism; Decolonization; National Liberation Wars; History of Brazilian Foreign Policy.

Guerra de Libertação Nacional em Angola

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, entre 1945 e 1947, a descolonização dos continentes africano e asiático tornou-se um processo que não poderia mais ser detido, apesar da dissonância entre a nação sonhada pelos militantes e a realidade efetiva, que se impôs a partir da conquista da autodeterminação. Tal encadeamento factual

aparece como sintoma da geopolítica em movimento, onde a decadência da Europa é posta diante da ascensão das superpotências à Leste e Oeste. A luta pela hegemonia entre os europeus durante 30 anos (1914-45) acarretou nesse novo cenário. O colonialismo moderno, distinto das ondas colonizadoras no Mediterrâneo da Antiguidade, é um fenômeno exclusivamente europeu. Inicia-se com o estabelecimento do assim chamado Estado moderno, a partir dos séculos XIV e XVI, e encerra-se algumas décadas após 1945. Adotamos aqui a definição de Alfredo Bosi para o termo colonizar: “ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais” (1992, p. 15). Processo extremamente violento por natureza, sob o ponto de vista moral, não há diferenças entre colonizar e escravizar. As duas atividades caminham juntas.²

Portugal, mesmo que tivesse participado muito discretamente da Grande Guerra de 1914-18, e permanecido neutro em 1939-45, sofreu os desdobramentos da descolonização. País com Estado centralizado desde o fim da assim chamada Reconquista, lançou-se nas aventuras coloniais a partir de 1415, amealhando pontos estratégicos na África, Ásia e América. Os portugueses dominaram todo o Atlântico Sul e Oceano Índico, alcançando também a China e o Japão. Tais conquistas foram afetadas pela União Ibérica (1580-1640), e outros países avançaram sobre as possessões lusitanas. Após a independência da América Portuguesa, na primeira metade do século XIX, restaram a Portugal somente as colônias africanas e asiáticas. Com a Revolução dos Cravos, em 1974, o país decidiu acabar de uma vez com as posses no além-mar.

A origem dos grupos guerrilheiros em Angola remonta às décadas de 1950 e 1960. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi fundado em 1956, sob a liderança de Viriato da Cruz e Agostinho Neto. Na estreia das ações militares, lançaram uma série de ataques pouco coordenados em Luanda, duramente reprimidos pelas forças de segurança. Apoiado pela União Soviética, e tomando como referência a leitura de revolução a partir dos escritos de Karl Marx e Vladímir Lênin, a base de recrutamento do MPLA era a etnia Mbundu. Em oposição àquele grupo, Holden Roberto fundou a União das Populações de Angola (UPA), em 1961, com apoio dos Estados Unidos, recrutando soldados a partir da etnia Bakongo. Em 1962, a UPA foi rebatizada como Frente Nacional

² O neocolonialismo que atingiu a África, a partir de 1830, logo após a onda de independências da maioria das ex-colônias americanas, implicou em diferenças sensíveis na administração colonial portuguesa previamente existente naquele continente, como a questão da deportação de mão de obra escrava. Mas o caráter explícito da dominação violenta pelo poder metropolitano, contra as populações nativas, manteve-se.

de Libertação de Angola (FNLA). Em 1966, Jonas Savimbi rompeu com a FNLA – a qual havia se juntado em 1962 –, acusando-os de racistas, e fundou a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), com o apoio da própria etnia, os umbundos (Ki-Zerbo, 1991, p. 283).

Deve-se notar uma peculiaridade importante nesse contexto. As ex-colônias europeias se tornaram independentes das metrópoles, entre 1945 e 1975, a partir da prática de uma frente de luta, a qual unia diversos grupos pelo que possuíam de mais comum: o ódio pelos colonizadores. Após a vitória, no entanto, o desaparecimento do elemento agregador suscitava inúmeras disputas entre os aliados de outrora, que acabavam por cair em lutas sectárias. Como no diálogo recriado entre Ben M’hidi e Ali La Pointe, no filme *A Batalha de Argel* (1964), do diretor Gillo Pontecorvo, tudo numa revolução é muito difícil, do início à vitória, mas só depois da segunda que as reais dificuldades aparecem. O processo de libertação nacional angolano, por outro lado, constitui um caso único no processo, por nunca ter passado pela fase primitiva de agregação dos nativos contra os opressores brancos. A luta entre os três grupos se estenderia para além da independência, em 1975, com uma reviravolta assaz curiosa, na primeira metade dos anos 1990. A guerra civil acabou apenas em 2002, após a morte de Jonas Savimbi, enfrentando forças governamentais.

O início das hostilidades em Angola também coincidiu com as lutas por libertação em Moçambique, Guiné Portuguesa e Cabo Verde, levadas à cabo pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde). A ditadura portuguesa não tinha qualquer intenção de conceder a independência a nenhuma dessas colônias. Em Angola, particularmente, se extraíam petróleo, diamantes e minério de ferro. E, para além dos dividendos gerados por essas commodities, a ideia de um império colonial era um dos sustentáculos ideológicos do Estado Novo lusitano. Ao longo do século XX, o discurso do governo concentrava-se em enfatizar uma suposta missão civilizadora operada na África, cujo objetivo não era “dominar ou explorar os nativos, mas fazer com que todos se tornassem eventualmente cidadãos portugueses” (Toase, 1984, p. 537). É quase desnecessário afirmar que tal retórica não resistia à um rápido confronto com a realidade factual. Para a população nativa era aplicado o Estatuto Indígena, o qual estabelecia o domínio impecável da língua portuguesa e um nível socioeconômico razoável para que o angolano fosse considerado

‘assimilado’ (Hirson, 1979, p. 22). Na prática, o acesso extremamente limitado ao direito da educação para a população nativa de Angola, somado à própria essência da dominação colonial, impeditiva de ascensões sociais, tornava a assimilação algo muito raro. Após a independência, a taxa de analfabetismo em Angola caiu radicalmente, mas, durante o domínio português, era superior a 90% entre os nativos. Mas esses eram apenas os problemas superficiais desse aspecto. Os raríssimos assimilados, ou seus descendentes, jamais seriam considerados cidadãos portugueses plenos.

O Estatuto Indígena também previa o trabalho compulsório dos nativos nas atividades extrativas e nas lavouras de café e algodão. Em síntese apertada, a diferença entre o trabalhador compulsório e um escravo é tão somente o fato do primeiro não ser um produto de exportação. As condições degradantes de exploração e o tratamento desumano impostos a ambos eram os mesmos. Com o desenrolar do conflito, entre as forças metropolitanas, o MPLA, a FNLA e a UNITA, os portugueses implementaram as chamadas Aldeias Estratégicas, utilizadas em larga escala por outras potências coloniais, na luta contra os movimentos de libertação nacional, desde os anos 1950. Consistia no remanejamento das populações rurais inteiras para outras localidades, com a finalidade de isolá-las dos grupos guerrilheiros. O apoio popular é um aspecto decisivo para o sucesso de qualquer guerrilha, pois é a partir do povo que ela se mobiliza, organiza e ataca os opressores; após o ataque, os combatentes se dispersam no meio da população. (Clausewitz, 2010, p. 669). A opressão alimenta a revolta popular contra os dominadores, fortalecendo a resistência. A repressão generalizada dos conquistadores, incapaz de distinguir combatentes de civis, multiplica a revolta inicial. Romper tal elo orgânico, que emerge da condição colonial, seria a chave da vitória dos colonizadores sobre os revoltosos. Para tal ação ter sucesso, seria necessária a suspensão da própria exploração colonial. Então, as medidas tomadas sempre vão redundar em ampliação da violência contra os colonizados, o que só amplifica a vontade dos dominados em resistir. Mesmo a suspensão do trabalho compulsório, em 1961, não obteve o sucesso esperado.

As Aldeias Estratégicas eram, na prática, campos de concentração que tolhiam inteiramente a liberdade do ir e vir dos nativos. A ordem, no interior dessas aldeias, era imposta a partir da violência pura e simples dos agentes do Estado. A alternativa para os prisioneiros nessa situação, era somente a fuga e adesão à guerrilha. Além de tudo isso, o aldeamento estratégico em Angola gerou uma reforma agrária invertida. Quando aldeias

inteiras eram removidas para os Lager, as terras eram ocupadas pelos latifundiários europeus. (Beckett, 1984, p. 544). Mesmo sem consultar fontes orais ou escritas, não é nenhum exagero supor que os critérios de remoção dos nativos também atendiam às conveniências dos fazendeiros lusitanos.

A primeira fase desta guerra estendeu-se até a independência de Angola, em 1975. Além dos recontros entre as quatro forças militares, outros países envolveram-se, direta ou indiretamente, como um sintoma singular da Guerra Fria. O MPLA recebia apoio de três países: a União Soviética fornecia armamento leve³, Cuba enviou algumas centenas de assessores militares e a Zâmbia fornecia bases de treinamento no próprio território. O Zaire (Ex-Congo Ex-Belga, agora novamente Congo) auxiliou ostensivamente a FNLA, fornecendo bases de treinamento e tropas mercenárias, com subsídios substanciais cedidos pelos Estados Unidos. A UNITA, por sua vez, recebia apoio da África do Sul, tanto em material bélico, como em soldados mercenários, assim como também recebiam verbas generosas da CIA, agência de espionagem dos Estados Unidos. Estes vendiam armas para Portugal, FNLA e UNITA, abertamente, no caso de Portugal, um aliado do país na OTAN, ou secretamente para os grupos guerrilheiros, através de redes de tráfico de armas internacionais, o que gerava lucros fabulosos para todos os intermediários. A luta desenvolveu-se mais no interior angolano. As grandes cidades não chegaram a ser ameaçadas pelos combates erráticos. O exército português se aproveitava da animosidade entre os guerrilheiros, para que eles se matassem, uns aos outros, sem se envolver diretamente no combate. Em 1970, mais de 50% das baixas dos lusitanos eram causadas pelas minas terrestres, e não pelo recontro direto (Beckett, 1984, p. 542).

Em 1974, a ditadura portuguesa do Estado Novo caiu diante da Revolução dos Cravos Vermelhos. O grupo militar que tomou o poder passou a rever a política colonial centenária do país. Para os conquistados, colonizar implica em expropriações violentas. O colonizado é, em essência, um estrangeiro no próprio país. Para os colonizadores, por outro lado, nem tudo é uma lenda dourada. Como não poderia deixar de ser, os grandes grupos econômicos obtêm lucros fabulosos com a exploração colonial, e, ainda, há espaço para outros explorarem com sucesso a colônia. Para os metropolitanos destemidos há

³ Fuzis AK-47 (*Automatov Kalashnikov* 1947, arma automática de calibre 7,62mm), lança foguetes RPG-7 (*Lançador de Granada Autopropulsada 7*) e mísseis portáteis SAM-7 (SAM, *Surface-to-Air Missile*). O SAM-7 só passou a ser fornecido a partir de 1973.

possibilidades de enriquecimento, perseguindo a fortuna que custa ousadia, e não o trabalho metódico, como Sérgio Buarque de Holanda descreve no tipo ideal aventureiro (1995, p. 43). Ainda assim, a antiga pergunta do século XVIII, ‘o que nos rendem as colônias?’, faz muito sentido, na medida em que o lucro privado arrancado da exploração colonial era financiado pelos gastos públicos. Aliás, tal mecanismo, de socialização dos prejuízos e privatização dos lucros, é uma tradição perene do mundo capitalista, por todo o planeta, a todo o tempo. A repressão aos movimentos de emancipação de Angola, Moçambique e Guiné consumiam boa parte do produto interno bruto português; a manutenção da guerra tornava-se proibitiva, sob o ponto de vista orçamentário. Em Moçambique e Guiné, o governo luso chegou a um acordo com as frentes de luta, estabelecendo tréguas, regras para governos de transição e a data para as respectivas independências. Em janeiro de 1975 foi assinado o Acordo de Alvor, que previa a formação de um governo de coalização entre os grupos MPLA-FNLA-UNITA, e marcava a data da independência para 11 de novembro de 1975 (Ki-Zerbo, 1991, p. 284).

A trégua de Alvor durou poucos meses. Os três grupos guerrilheiros voltaram a se atacar, com uma aliança entre UNITA e o FNLA contra o MPLA. Após semanas de combate, o MPLA expulsou de Luanda os adversários. O governo português declarou que não faria mais a transição do poder; apenas se retiraria do território angolano na data prevista do acordo. Para impedir que o MPLA proclamasse unilateralmente a independência, o exército sul-africano invadiu Angola, em apoio aos combatentes da UNITA e FNLA, para conquistar Luanda antes de 11 de novembro. A ofensiva sul-africana foi disfarçada pela imprensa ocidental, que afirmava somente a existência de uma arremetida dos dois grupos guerrilheiros locais (Melo, s/d, p. 50). Alguns jornais brasileiros, como o Estado de São Paulo, em acréscimo, gostavam de frisar apenas o apoio cubano e soviético ao MPLA, requeitando, de modo previsível, o tópos ‘Perigo Vermelho’ (Estado de São Paulo, 1975), tão caro à extrema direita brasileira.

A força expedicionária sul-africana, equipada com carros de combate blindados modernos, artilharia pesada e aviação de suporte aproximado, em contraposição ao armamento leve utilizado pelos soldados do MPLA, avançaram quase sem obstáculos no início. Quanto mais se aproximavam de Luanda, no entanto, o ritmo ficava mais lento, até a total paralisia dos invasores. O MPLA recuava ordenadamente, negando a batalha decisiva ao adversário, destruindo pontes, instalações, plantações e minando estradas. O

alongamento demasiado das linhas de suprimentos dos invasores também atrapalhava, pois, as mesmas ficavam expostas a ataques relâmpagos dos defensores. A ofensiva ficou paralisada tempo suficiente para a chegada do contingente de combate cubano.

Segundo Ovídio de Andrade Melo (s/d), o desembarque dos soldados cubanos se deu em Luanda, na madrugada do dia 10 para 11 de novembro de 1975, durante a retirada portuguesa. Os soldados partiram imediatamente para a frente de luta, derrotando os sul-africanos. Em 1976, o Congresso dos Estados Unidos suspendeu a ajuda financeira oficial contra o MPLA, e o exército sul-africano se retirou de Angola, mantendo por lá apenas algumas tropas mercenárias.

A Posição Brasileira Diante da Independência Angolana

Desde os anos 1950, a ONU aprovou diversas resoluções, a fim de promover a emancipação dos territórios não autônomos. Num desses documentos, as Nações Unidas pediam aos países membros que, exercendo a tutela sobre alguns desses territórios, mandassem informações sobre os mesmos, para agilizar o processo de descolonização. O governo português respondeu que a metrópole e as províncias além-mar eram partes integrantes do território nacional e, portanto, indivisíveis; a “intromissão nos problemas de ultramar significaria um atentado à soberania portuguesa” (Hirson, 1979, p. 6). Lisboa recusou-se a prestar qualquer informação ou permitir a visita dos comitês da ONU nas colônias. Formou-se na ONU uma frente de diversos países, que objetivavam pressionar diplomaticamente os portugueses, para a concessão de autonomia para os territórios do ultramar. Os únicos países que apoiaram os lusitanos durante esse período foram Espanha e a África do Sul. Brasil, Estados Unidos, Reino Unido e França ora votavam a favor de Portugal, ora votavam contra (Hirson, 1979, p. 17).

Da fundação da ONU, em 1948, até o início dos anos 1960, o Brasil possuía uma política de alinhamento automático com as potências ocidentais na organização. No caso português, existia um decreto dos anos cinquenta, que estipulava a consulta prévia entre Brasil e Portugal para tomada de posição em assuntos de interesse mútuo. Existia no Brasil, além disso, um forte lobby da comunidade luso-brasileira, a qual exercia influência sensível na opinião pública nacional. Quando a Política Externa Independente foi inaugurada, durante o governo Jânio Quadros, em 1961, o governo traçou uma nova

estratégia de aproximação com o continente africano, pois a imagem do Brasil estava muito desgastada, graças ao apoio nacional aos países colonizadores, em detrimento dos povos que ainda lutavam pela autodeterminação, algo que contradizia a origem colonial dos brasileiros. Para reverter tal quadro, era necessário mudar a linha de conduta pró colonialismo. Um grupo de trabalho, formado para estudar o caso africano, definiu as atitudes necessárias para o Brasil incrementar as relações diplomáticas com os países africanos independentes, sendo uma delas a isenção de qualquer “tendência de intervencionismo ou atitude partidária” (Bueno; Cervo, 1992, p. 287). Mesmo que já houvesse uma linha de conduta do Itamaraty que defendia a descolonização, tal postura era anulada nos casos específicos das colônias lusitanas. Temia-se provocar atritos nas relações com Lisboa. Assim, na prática, o Brasil se abstinha nas votações da ONU que pediam apoio às independências das colônias portuguesas, o que provocava mal-estar nas relações com o continente africano – à exceção da África do Sul – e com o restante do mundo.

Tal situação se estendeu até 1973, quando o Brasil deixou de apoiar efetivamente a política colonial portuguesa. Após a Guerra do Yom Kippur – em outubro daquele ano, entre Egito, Síria e Israel – os países árabes produtores de petróleo fizeram frente contra Israel, África do Sul e Portugal (Bueno; Cervo, 1992, p. 379), ameaçando cortar o fornecimento de petróleo para os aliados daqueles países. A falta de autossuficiência no setor petrolífero, naquela época, pesou definitivamente na decisão brasileira. E a cooperação Sul-Sul era um fator importante na inflexão nacional, buscando conjuntamente uma nova ordem econômica mundial mais favorável aos países do Terceiro Mundo, mesmo que o Brasil não quisesse se identificar como tal. Após a Revolução dos Cravos Vermelhos, e a decisão portuguesa de descolonização célere, o Itamaraty consultou o primeiro-ministro português, Mário Soares, sobre a possibilidade de criação de legações diplomáticas em Angola e Moçambique, a serem convertidas em embaixadas após as independências, onde se poderia “quebrar o gelo de eventuais ressentimentos que pudessem ter com a pregressa política brasileira de apoio velado ao regime português” (Melo, s/d, p. 8). Para tal expediente funcionar em Angola, era essencial a manutenção da equidistância brasileira em relação aos três movimentos de libertação locais.

O diplomata brasileiro Ovídio de Andrade Melo foi deslocado de Londres para a África, com o intuito de iniciar conversações com os líderes da FRELIMO, MPLA, FNLA e UNITA (Melo, s/d, p. 13). A FRELIMO não aceitou a aproximação brasileira. Marcelino dos Santos, representante do grupo guerrilheiro, afirmou que “depois de verem todo esse tempo o Brasil apoiando Portugal, não estavam acostumados a considerar o Brasil um país amigo” (apud Melo, s/d, p. 26). Quanto à Angola, os líderes dos três movimentos aceitaram, mas com desconfiança, devido a todo histórico das ações diplomáticas brasileiras. A representação em Luanda, portanto, “ganharia uma dimensão maior e uma importância decisiva nas relações futuras com a África. Passava a ser um laboratório experimental com todo um continente” (Melo, s/d, p. 30). Acima de qualquer simpatia ideológica da ditadura militar brasileira, deveria prevalecer o pragmatismo político, sob pena de prejudicar futuras parcerias diplomáticas, que ainda só existiam *in nuce*.

No desenrolar dos acontecimentos, o governo de coalizão angolano foi desfeito, e o MPLA passou a dominar sozinho a capital. No primeiro momento, a possibilidade de existir um governo socialista em Angola parecia remota, devido ao sucesso inicial do avanço das forças sul-africanas. Com o passar do tempo, no entanto, a paralisia da ofensiva contribuiu para a solidificação das posições do MPLA em Luanda. O governo brasileiro passou a receber pressões, externas e internas, para se retirar da capital. Se tal atitude tivesse sido tomada, o futuro das relações do país com o continente africano, e com os demais países subdesenvolvidos do mundo, estaria comprometido. Finalmente, em 10 de novembro, o governo brasileiro anunciou oficialmente o reconhecimento do regime instalado em Luanda – o primeiro país a fazer isso –, recebendo várias críticas da imprensa. A opinião dos grandes jornais nacionais era que o Brasil não estava sendo neutro, como havia proposto anteriormente (Jornal do Brasil, 1975), assertiva que, sem necessitar de um exame mais detido, é bastante incoerente.

Apesar das profundas diferenças entre os dois regimes políticos, o Ministério das Relações Exteriores havia ido longe demais para recuar, comprometendo toda a nova imagem, construída a duras penas nos anos anteriores. Era necessário manter as decisões já delineadas, por mais que desagradasse ao regime e particularmente ao presidente brasileiro à época, o general Ernesto Geisel. As críticas, no plano externo, partiram principalmente da África do Sul e dos Estados Unidos, algo previsível, no contexto da Guerra Fria; e, no plano interno, da imprensa tradicional brasileira e da ala mais

reacionária das forças armadas, as quais sempre ecoavam o discurso autoritário de combate ao comunismo, independente do contexto político. Em 1978, após uma tentativa frustrada de golpe palaciano, o ministro do Estado Maior das Forças Armadas – o equivalente à época do Ministério da Defesa –, general Sílvio Frota foi exonerado por Geisel. Ao sair do cargo, sem a devida punição pela aventura golpista, Frota ainda acusou Geisel de ter aberto um caminho para a ‘comunização’ da política brasileira – e o crime dele seria uma tentativa de reverter tal quadro –, a partir do reconhecimento do governo do MPLA, em novembro de 1975 (Melo, s/d, p. 1).

Entre o final da década de 1960 e os anos 1980, os países do assim chamado primeiro mundo passaram a erguer diversas barreiras comerciais, com o intuito de proteger as próprias economias, a despeito de todo discurso econômico liberal; este só é bom para os outros, jamais para quem fala. Essas barreiras, somadas aos dois choques internacionais do petróleo (1973 e 1979), apresentaram enormes desafios à economia brasileira, marcando o fim do assim chamado “Milagre” econômico nacional, onde o país experimentou altas taxas de crescimento do PIB, e taxas ainda mais altas de concentração de renda, o que fez internamente os ricos ficarem mais ricos, e os pobres ficaram miseráveis. Após 1975, as trocas comerciais entre Brasil e Angola e com o restante da África Subsaariana aumentaram vertiginosamente. Entre 1970 e 1985, o comércio bilateral entre Brasil e a região passou de US\$ 130 milhões para US\$ 3,3 bilhões (Bueno; Cervo, 1992, p. 406). Deve-se observar que no mesmo período as trocas comerciais entre Brasil e a África do Sul reduziram de 90% do total do comércio continental para meros 6% (Bueno; Cervo, 1992, p. 406). Essa tendência chegou ao limite em 1987, quando uma crise econômica na África diminuiu os intercâmbios comerciais. Na primeira metade dos anos 1990, a África do Sul, já sem o regime do apartheid, voltou a ocupar 90% do volume das trocas continentais com o Brasil, devido à crise.

Após as eleições angolanas de 1992, a UNITA lançou ataques generalizados por todo o país. Pelo fato de o governo brasileiro apoiar o regime do MPLA, várias obras da empreiteira Odebrecht foram incluídas no ataque, o que provocou a retirada provisória da empresa do país. Retornaram apenas em 1995. Quando Nelson Mandela foi eleito presidente sul-africano, o envio de tropas mercenárias daquele país para apoiar as operações da UNITA foram suspensos. Pouco tempo depois, Pretória aproximou-se diplomaticamente de Luanda, e os mercenários sul-africanos foram reenviados à Angola,

dessa vez para lutar ao lado das tropas governamentais contra a UNITA. Esta somente se dispersou a partir de 2004, após o assassinato do líder, Jonas Savimbi.

Angola representou para o Brasil a possibilidade de redenção, por todos os erros cometidos nos órgãos multilaterais mundiais nos anos 1950 e 1960, quando o país apoiava as potências colonialistas, por força do acordo com Portugal. Este acordo não trouxe qualquer vantagem para a política externa nacional. Nos anos 1970, a posição firme do Itamaraty em relação à Angola recuperou a imagem tão desgastada, tanto diante da África Portuguesa, como com o restante do continente, que lutou, e ainda luta, para se livrar dos tentáculos do imperialismo. No entanto, nos últimos 30 anos ainda se discute nos meios diplomáticos brasileiros se o país deve manter ou reduzir o número de embaixadas na África. Os defensores da redução pensam exclusivamente nas trocas comerciais, enquanto os que defendem uma política africana brasileira pensam de forma mais ampla.

Referências

Beckett, I. Angola, três grupos guerrilheiros para uma só revolta. In: **Guerra na Paz**, volume III. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984.

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Bueno, C.; Cervo, A. L. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

Clausewitz, C, von. **Da Guerra**. Tradução de Maria Teresa Ramos. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Hirson, Z. S. **O Brasil e a Questão Colonial Portuguesa: o caso angolano**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 1979 (mimeo.).

Holanda, S. B. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Jornal do Brasil. Edições do jornal do mês de novembro de 1975.

Ki-Zerbo, J. **História da África Negra**: v. II. 2.ed. Tradução de Américo de Carvalho. Mira-Sintra: Europa-América, 1991. ISBN 978-972-101-057-4.

Melo, Ovídio de Andrade. **O Reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975.**
[Originais gentilmente emprestados pelo autor], s/d.

O Estado de São Paulo. **Edições do Jornal** do mês de novembro de 1975.

Toase, F. Declínio e Queda: o rápido fim do secular império português. In: **Guerra na Paz**, vol. III, Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984.